Sumário

Introdução à terceira edição 1
Introdução à segunda edição 3
Introdução à primeira edição 5

PARTE I
A NORMA JURÍDICA E A CONSTITUIÇÃO

I A ideia de Constituição e seu papel. As decisões fundamentais do constituinte originário e a juridicização do valor humanista 17

II Norma jurídica 37
II.1. O que significa ser norma jurídica em um Estado de Direito? 37
a) Imperatividade e sindicabilidade 37
b) Identificação dos efeitos e da eficácia jurídica dos enunciados normativos 42
II.2. Categorias normativas e a Constituição: princípios e regras. Proposta de distinção 46

PARTE II
A EFICÁCIA JURÍDICA E A CONSTITUIÇÃO

III Eficácia jurídica e os enunciados normativos constitucionais 75
III.1. Modalidades de eficácia jurídica 75
a) Modalidade de eficácia jurídica: simétrica ou positiva 77
b) Modalidade de eficácia jurídica: nulidade 78
c) Modalidade de eficácia jurídica: ineficácia 81
d) Modalidade de eficácia jurídica: anulabilidade 82
e) Modalidade de eficácia jurídica: negativa 83
f) Modalidade de eficácia jurídica: vedativa do retrocesso 85

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

g) Modalidade de eficácia jurídica: penalidade 93
h) Modalidade de eficácia jurídica: interpretativa 96
i) Outras modalidades de eficácia jurídica 106
III.2. Modalidades de eficácia jurídica associadas às regras e aos princípios constitucionais e suas limitações 108

IV Uma nota hermenêutica: interpretação e ponderação no estudo dos princípios constitucionais 115

PARTE III
EFICÁCIA JURÍDICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

V Identificando a dignidade da pessoa humana e definindo o objeto de estudo: os aspectos materiais da dignidade da pessoa humana 125

VI Etapa preliminar: fundamentalidade social e jurídica da circunstância regulada pelo princípio 139
VI.1. Fundamentalidades social e jurídica 139
VI.2. A fundamentalidade social da dignidade humana: a dignidade como pressuposto lógico das diversas concepções de vida social (John Rawls e Michael Walzer) 144
a) John Rawls 144
b) Michael Walzer 151
VI.3. Fundamentalidade jurídica: substancialismos e procedimentalismos 159

VII ETAPA 1: Construção dos efeitos isolados do princípio 179
VII.1. Texto e subsistema temático. O tratamento constitucional da dignidade da pessoa humana. Regras e princípios constitucionais pertinentes: uma visão sistemática. 179
VII.2. Outros elementos internos aos conceitos empregados pelos enunciados normativos. O conceito de dignidade humana. 235
VII.3. A determinação dos efeitos do princípio da dignidade humana. O consenso do mínimo existencial e a natureza de regra de seu núcleo. 241

VIII ETAPA 2: Construindo a eficácia jurídica dos princípios constitucionais que cuidam de aspectos materiais da dignidade da pessoa humana e envolvem prestações positivas 249

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

VIII.1. A eficácia jurídica ideal dos princípios sobre a dignidade da pessoa humana: positiva ou simétrica. A limitação inerente às demais modalidades 249
VIII.2. Sistema jurídico em geral: outros enunciados normativos a considerar. A separação dos poderes e o princípio majoritário: os limites às maiorias e a extensão da legitimidade do Poder Judiciário. 254
VIII.3. Elementos externos relevantes a considerar. A reserva do possível e as prioridades orçamentárias. 274

IX Conclusão. O mínimo existencial como núcleo sindicável da dignidade da pessoa humana. Uma proposta de concretização a partir da Constituição de 1988 291
IX.1. Educação básica 303
IX.2. Saúde básica 320
IX.3. Assistência aos desamparados 337
IX.4. Acesso à Justiça 341

X Uma nota para um debate complementar. As dimensões abstrata e coletiva da sindicabilidade do mínimo existencial. Validade de escolhas orçamentárias e controle de políticas públicas 351

XI Conclusões gerais 367

Bibliografia 373

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br